

Eólica Hermenegildo III S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Hermenegildo III S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Hermenegildo III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Hermenegildo III S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 11 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudio Henrique Damasceno Reis'.

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Eólica Hermenegildo III S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2015	31.12.2014	Passivo	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		1	2	Fornecedores	12	17.634	63
Aplicações financeiras	5	2.264	37.188	Tributos a recolher	13	736	498
Contas a Receber	6	1.064	-	Debêntures	14	91.260	68.494
Tributos a recuperar	7	437	617	Empréstimos e financiamentos	15	39.768	-
Despesas pagas antecipadamente	8	149	183	Credores diversos	16	27.380	12.376
Outros Créditos		-	92	Provisão para contingências	17	501	-
		<u>3.915</u>	<u>38.082</u>			<u>177.279</u>	<u>81.431</u>
Não circulante				Não circulante			
Despesas pagas antecipadamente	8	-	6	Adiantamento para futuro aumento de capital	18	145.900	34.891
Tributos diferidos	9	29.581	367			<u>145.900</u>	<u>34.891</u>
Imobilizado	10	224.190	69.305				
Intangível	11	11.231	8.823				
		<u>265.002</u>	<u>78.501</u>				
Total do ativo				Patrimônio líquido			
		<u>268.917</u>	<u>116.583</u>	Capital social	19	10	10
				Reserva legal		-	2
				Reserva Especial - dividendo não distribuído		-	62
				Lucros a disposição da assembleia		-	187
				Prejuízos Acumulados		(54.272)	-
						<u>(54.262)</u>	<u>261</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido			
						<u>268.917</u>	<u>116.583</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Hermenegildo III S.A.

Demonstrações do resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Receita Operacional Líquida	20	<u>966</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Custos de operação	21	(569)	-
Provisão para perda de ativos (Impairment)	10	(75.598)	-
Material		(14)	(29)
Serviço de terceiros	22	(664)	(373)
Depreciação		(5)	(2)
Gerais e administrativas		(1.975)	(122)
Honorários dos administradores		<u>(206)</u>	<u>(256)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(78.065)</u>	<u>(782)</u>
Receitas Financeiras	23	561	694
Despesas Financeiras	23	<u>(6.233)</u>	<u>(28)</u>
Resultado operacional antes dos impostos		<u>(83.737)</u>	<u>(116)</u>
Imposto de renda			
Diferido		21.481	270
Contribuição Social			
Diferido		7.733	97
Lucro líquido do período		<u><u>(54.523)</u></u>	<u><u>251</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Hermenegildo III S.A.

Demonstrações do resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31.12.2015	31.12.2014
Lucro (prejuízo) do exercício	(54.523)	251
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercícios	<u>(54.523)</u>	<u>251</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Hermenegildo III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de Lucros</u>					
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Especial dividendo não distribuído</u>	<u>Lucros a disposição da assembleia</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital - 02.01.2014	10					10
Resultado do período					251	251
Destinação do resultado		2	62	187	(251)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>10</u>	<u>2</u>	<u>62</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>261</u>
Resultado do exercício					(54.523)	(54.523)
Absorção do prejuízo	-	(2)	(62)	(187)	251	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(54.272)</u>	<u>(54.262)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Hermenegildo III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31.12.2015	31.12.2014
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(54.523)	251
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação	5	2
Encargos Financeiros	3.233	-
Provisão para perda de ativos (Impairment)	75.598	-
Provisão de juros de fornecedores contabilizados no resultado	1.068	-
Provisão para contingências	501	-
Impostos diferidos	(29.214)	(367)
	<u>(3.332)</u>	<u>(114)</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a Receber	(1.064)	-
Impostos a recuperar	180	(617)
Outros créditos	92	(92)
Despesas pagas antecipadamente	40	(189)
	<u>(752)</u>	<u>(898)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores	127	63
Tributos a recolher	238	498
	<u>365</u>	<u>561</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(3.719)	(451)
Pagamento de Juros - Debêntures	(11.437)	-
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	<u>(15.156)</u>	<u>(451)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Aplicações financeiras	34.787	(36.926)
Adições ao ativo imobilizado	(189.887)	(64.745)
Adições ao ativo intangível	(604)	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	<u>(155.704)</u>	<u>(101.671)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	10
Adiantamento para futuro aumento de capital	111.009	34.891
Pagamento de principal - debêntures	(3.744)	-
Captação de Debêntures	25.269	67.223
Captação de Empréstimos e financiamentos	38.325	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>170.859</u>	<u>102.124</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(1)	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1</u>	<u>2</u>

As transações que não envolveram caixa estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Eólica Hermenegildo III S.A., Geradora de Energia Elétrica é uma sociedade anônima fechada, constituída em 02 de janeiro de 2014 conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição e registrada junto a JUCESC em 05 de fevereiro de 2014, e que tem por objeto social o desenvolvimento, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de empreendimento de produção, transmissão, transformação e geração de energia elétrica proveniente de fonte Eólica, dos Parques Eólicos denominados Verace 34, Verace 35 e Verace 36, localizados no Estado do Rio Grande Do Sul; a comercialização de energia elétrica gerada em seus empreendimentos; e a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em novembro de 2015, sendo que o Parque Eólico Hermenegildo III possui 48,33 MW^{médios}¹ de potência nominal instalada.

O resultado operacional negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 se deve ao fato do atraso na liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco de Desenvolvimento Econômicos e Social - BNDES, recebido em janeiro de 2016. Isto ocasionou na captação de debêntures e empréstimos de curto prazo, incorrendo juros superiores ao planejado, os quais foram capitalizados no imobilizado. Este fato contribuiu para a provisão para perdas de ativo (*impairment*), em virtude de o valor contábil ultrapassar o valor recuperável.

Os recursos necessários para a construção dos parques eólicos da Hermenegildo III foram obtidos através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros.

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
EOL Verace 34	Nº 280	12/06/2014	16 MW ^{médio}	35 anos
EOL Verace 35	Nº 239	30/05/2014	14 MW ^{médio}	35 anos
EOL Verace 36	Nº 239	24/06/2014	24 MW ^{médio}	35 anos

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Posteriormente, o Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou a ANEEL a promover alterações nas Portarias acima citadas. O compartilhamento do sistema de conexão da Companhia foi promulgado por Despachos da ANEEL e as alterações das características técnicas dos aerogeradores foram homologadas por Resoluções Autorizativas da ANEEL, ambos relacionados no quadro abaixo, destacando também a nova capacidade instalada de cada central.

Parque	Portaria Outorga	Compartilhamento do Sistema de Conexão		Característica Técnica Aerogerador		
		N.º Despacho ANEEL	Data	Resolução ANEEL	Data	Capac. Instalada (MW)
Verace 34	280	3.018	04/09/2015	5.473	22/09/2015	14,32
Verace 35	239	3.019	04/09/2015	5.474	22/09/2015	12,53
Verace 36	290	3.020	04/09/2015	5.475	22/09/2015	21,48

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

b. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos de autorização.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira e outros ativos financeiros.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f. Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

5 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) junto ao Banco Banrisul S.A., cujos rendimentos são 100% do CDI.

6 Contas a receber

O saldo de contas a receber é decorrente da liquidação de venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, pela antecipação da geração de energia na forma de PLD (Preço de Liquidação de Diferenças). Os valores faturados no período que antecede a outorga, serão recebidos através de liquidação pela CCEE. O período de suprimento outorgado terá início em 1º de janeiro de 2016 com término em 31 de dezembro de 2035, conforme contratos firmados junto à CCEE no Ambiente de Contratação Regulado.

7 Tributos a recuperar

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto de renda retido na fonte	362	181
Pis a recuperar	10	78
Cofins a recuperar	48	358
CSLL Estimativa	17	-
	<u>437</u>	<u>617</u>

Compreende valores de IRRF a liberar e IRRF liberado sobre aplicações financeiras, valores de PIS e COFINS a recuperar e CSLL pago por estimativa.

8 Despesas pagas antecipadamente

Refere-se a valores de Seguro Garantia Fiel Cumprimento, Seguro de Risco de Engenharia e Seguro Responsabilidade Civil a serem apropriados mensalmente como despesa durante o exercício corrente.

9 Tributos diferidos

	Base	IRPJ	CSLL	31.12.2015	31.12.2014
Despesas pré-operacionais	2.996	749	269	1.018	275
Diferenças temporárias	75.598	18.900	6.804	25.704	-
Prejuízo fiscal	8.408	2.102	757	2.859	92
	<u>87.002</u>	<u>21.751</u>	<u>7.830</u>	<u>29.581</u>	<u>367</u>

A Companhia constituiu créditos fiscais devido reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos sobre o prejuízo fiscal e diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais acumulados.

10 Imobilizado

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 01/01/2015 a 31.12.2015:

Em curso	Saldos em 31.12.2014	Aquisições	Encargos capitalizados	Rendimento capitalizados	Depreciação	Impairment	Saldos em 31.12.2015
Geração							
Terrenos	55	-	-	-	-	-	55
Edificações e Benfeitorias	4.933	30.372	-	-	-	-	35.305
Maquinas e Equipamentos	7.817	166.710	-	-	-	-	174.527
A ratear	2.796	9.994	12.158	(398)	-	-	24.550
Estudos e projetos	1.737	997	-	-	-	-	2.734
Tributos	192	922	-	-	-	-	1.114
Adiantamento a fornecedores	51.738	9.719	-	-	-	-	61.457
(-) Impairment	-	-	-	-	-	(75.598)	(75.598)
Em serviço							
Móveis e Utensílios	39	14	-	-	-	-	53
(-) Depreciação	(2)	-	-	-	(5)	-	(7)
	<u>69.305</u>	<u>218.728</u>	<u>12.158</u>	<u>(398)</u>	<u>(5)</u>	<u>(75.598)</u>	<u>224.190</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Até 31 de dezembro de 2015 foi capitalizado o valor de R\$ 12.158, referente a juros alocados a um ativo qualificável, líquido dos rendimentos de aplicação financeira gerada com o recurso captado, enquanto não aplicado no imobilizado.

A Companhia classificou os três parques eólicos como uma única UGC. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas:

2015

Taxa de desconto para o fluxo de caixa	7,5% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAR e PPAs vigentes a partir de 2016.
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita bruta (SPEs serão optantes pelo lucro real a partir de 2016)
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro dos parques
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das autorizações

Como resultado, em 2015 foi constituída uma provisão para perdas com o Ativo Imobilizado no valor de R\$ 75.598.

11 Intangível

	31.12.2015	31.12.2014
Cessão de direitos	11.275	8.823
Outros	4	-
(-) Amortização Cessão de direitos	(48)	-
	<u>11.231</u>	<u>8.823</u>

Cessão de direitos

Refere-se aos direitos relativos aos projetos de exploração dos parques Verace 34, Verace 35 e Verace 36 adquiridos da Renobrax Energias Renováveis Ltda.

Os projetos adquiridos possuem as seguintes características:

Controlada	Capacidade instalada (MWs)	Saldos em 31.12.2014	Custos financeiros	Saldos em 31.12.2015
Eólica Verace 34	16	2.614	726	3.340
Eólica Verace 35	14	2.288	636	2.924
Eólica Verace 36	24	3.921	1.090	5.011
		<u>8.823</u>	<u>2.452</u>	<u>11.275</u>

A amortização dos direitos de exploração, iniciará a partir do momento da entrada em operação, com base no prazo remanescente dos contratos de autorização.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui em credores diversos o saldo de R\$ 11.227, referente ao saldo remanescente a pagar a Renobrax Energias Renováveis, em função da compra dos projetos de exploração eólica. Os valores devidos são atualizados pelo IPCA acrescidos de juros de mora e demais penalidades previstas no contrato até a sua efetiva liquidação.

Custos financeiros

Até o início da operação, a atualização financeira estipulada em contrato está sendo capitalizada no intangível.

12 Fornecedores

	31.12.2015	31.12.2014
General Electric Energy do Brasil	1.546	-
Stk Sistemas do Brasil Ltda	1.068	-
Iccila Ind., Com. e Construções Ltda	2.932	-
EUST	127	-
Suolo Empreendimentos Ltda	196	-
Eolica Hermenegildo I S.A.	107	-
Coqueiro Transporte Ltda	362	-
Pavsolo Construtora Ltda	69	-
Borges e Pires Materiais de Construção Ltda	209	-
Messtechnik Comércio e Ind. Ltda	65	-
Transportes Trisch Ltda	32	-
RST Engenharia e Soluções Ltda	89	-
Suolo Energia Ltda	157	-
MAC Engenharia Ltda	33	-
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda	10.515	-
Outros fornecedores	127	63
	<u>17.633</u>	<u>63</u>

13 Tributos a recolher

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto de renda retido a pagar	-	375
ICMS a recolher - Rio Grande do Sul	24	-
Retenções IN RFB 1.234/2012	580	123
INSS retido PJ	35	-
ISS a recolher	29	-
PIS s/ faturamento	12	-
COFINS s/ faturamento	56	-
	<u>736</u>	<u>498</u>

14 Debêntures

	31.12.2015	31.12.2014
Banco ABC	54.900	33.612
Banco ABC - Encargos	1.840	635
Banrisul	33.400	33.612
Banrisul - Encargos	1.120	635
	<u>91.260</u>	<u>68.494</u>

Em 25 de setembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª emissão em série única de 668 (seiscentos e sessenta e oito) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 66.800, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e legislação aplicável, as quais foram distribuídas em regime de garantia firme de forma individual e não solidária entre si.

As debêntures possuem prazo de vencimento de 12 (doze) meses, contados da sua emissão, as debêntures não tem carência e a remuneração incidente sobre elas será paga na data de vencimento, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 100.

O custo desse instrumento será correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,90% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 31 de março de 2015, a 2ª emissão de 250 (duzentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, no valor total de R\$ 25.000 para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de garantia firme de forma individual e não solidária entre si.

As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 (cinco) meses, contados da sua emissão, realizada em 20 de maio de 2015, vencendo, portanto, em 20 de outubro de 2015, as debêntures não tem carência e a remuneração incidente sobre elas será paga na data de vencimento, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 100.

O custo desse instrumento será correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 3,45% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture.

As debêntures não tem condições restritivas financeiras e as condições restritivas não financeiras foram cumpridas.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures foram utilizados pela Companhia como “empréstimo ponte” para a operação de financiamento a ser realizada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que visa amparar investimentos na implantação do seu parque eólico. A previsão de liberação dos recursos do BNDES é para o mês de janeiro de 2016. Dessa forma, foi negociada a prorrogação do prazo de liquidação das debêntures por um período adicional de 90 dias.

15 Empréstimos e financiamentos

	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimo - BNDES	38.325	-
Encargos da dívida	1.443	-
	<u>39.768</u>	<u>-</u>

Foi firmado, no dia 14 de agosto de 2015, contrato de empréstimo de curto prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor total de R\$ 38.325, conforme descrito abaixo:

Subcrédito	A	B
Valor total do crédito (R\$)	19.162.500,00	19.162.500,00
Garantias	Fiança Bancária	Fiança Bancária
Sistema de Amortização	Parcela única	Parcela única
Taxa de juros final	SELIC + 1,96% a.a.	TJLP + 2,40% a.a.
Data da amortização	15 de agosto de 2016	
Finalidade	Pagamento a Fornecedores	

O subcrédito A foi recebido em duas parcelas, sendo a primeira em 27 de agosto de 2015, conforme carta fiança emitida pelo Banco ABC nº 3802415 no valor bruto de R\$ 10.939, e a segunda, no dia 18 de setembro de 2015 conforme carta fiança emitida pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) nº 62.906-A, no valor de R\$ 8.224.

O recebimento do subcrédito B ocorreu no dia 18 de setembro de 2015, de acordo com a carta fiança emitida pelo BRDE no valor total de R\$ 19.163. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito B, incidirão juros à taxa de 2,4% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

16 Credores diversos

	31.12.2015	31.12.2014
Cessão de direitos a pagar - Renobrax	11.058	8.823
Stk Sistemas do Brasil Ltda	900	-
Iccila - Ind., Com. e Construcoes Ibage Ltda	10.421	-
General Electric - provisão EPC	3.096	3.096
Lucros Cessantes Eólicas do Sul	1.596	-
Lucros Cessantes Chui IX	120	-
Danos Materiais Eólicas do Sul	97	-
Outras provisões empreiteiros	92	457
	<u>27.380</u>	<u>12.376</u>

Cessão de direitos a pagar - Renobrax

Refere-se aos valores a pagar à Renobrax Energias Renováveis Ltda., pela Cessão e Transferência de Bens e Direitos em caráter irrevogável, irretratável e incondicional a Eólica Hermenegildo III S.A., a totalidade de três parques eólicos denominados Verace 34, Verace 35, e Verace 36, conforme descrito na nota explicativa nº 11. No dia 04 de setembro de 2015, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 57 referente aos impostos retidos sobre o pagamento realizado no dia 17 de junho de 2015 para a Renobrax Energias Renováveis.

Provisões empreiteiros - EPC

Compreendem os valores de provisão dos contratos com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. referente a engenharia do proprietário e provisão de ajuste cambial do contrato da General Electric do Brasil.

17 Provisões para contingências fiscais

Em decorrência da Lei nº 5.456, de 05 de setembro de 2014, em seu Art. 2º que revoga as isenções existentes para a implantação dos Parques Eólicos e as demais disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal Nº 4.534/2009 que concede isenção de ISSQN às empresas que prestarem serviços às empresas de Energia eólica no período de instalação no Município de Santa Vitória do Palmar/RS, assim como no período em que as unidades geradoras estiverem produzindo, e tem sua cobrança a partir de janeiro de 2015, a Companhia reconhece os valores de ISSQN produzidos pelas notas fiscais emitidas no período, e mantém tratativa a fim de postergar o recolhimento para sua entrada em operação comercial.

18 Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 31 de dezembro de 2015 a Companhia recebeu o montante de R\$ 145.887 referente a adiantamento para futuro aumento da capital da sua controladora Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e R\$ 13 da acionista Renobrax Energias Renováveis. Tais valores estão classificados no passivo, pois podem ser capitalizados ou devolvidos ao acionista.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é formado por ações ordinárias que encontram-se totalmente subscrita e integralizadas, como demonstrado a seguir:

	Ações	%	Valor (em Reais)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	9.999	99,99	9.999
Renobrax Energias Renováveis	1	00,01	1
	<u>10.000</u>	<u>100</u>	<u>10.000</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as 10.000 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país.

20 Receita Operacional Líquida

	31.12.2015	31.12.2014
Receita operacional bruta		-
Energia elétrica de curto prazo - geração própria	1.064	-
(-) Deduções da receita bruta		
PIS não-cumulativo	(17)	-
Cofins não-cumulativo	(81)	-
	<u>966</u>	<u>-</u>

21 Custos de operação

Compreendem os encargos de uso do sistema de transmissão (EUST), os gastos com O&M a serem pagos para a General Electric referente aos aerogeradores, amortização do intangível e provisão da cessão de direitos de uso de superfície.

	31.12.2015	31.12.2014
Custos de operação		
O&M - GE (aerogeradores)	(19)	-
Encargos de uso do sistema de transmissão (EUST)	(486)	-
Amortização	(48)	-
Arrendamentos - Direito de Uso de Terras	(16)	-
	<u>(569)</u>	<u>-</u>

22 Provisão para perdas - Impairment

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Em 2015 foi constituída uma provisão para perdas com o Ativo Imobilizado no valor de R\$ 75.598.

23 Serviços de terceiros

	31.12.2015	31.12.2014
Serviços administrativos, contábeis e financeiros	(556)	(340)
Serviços de instalações e reformas	(32)	0
Publicações Legais	(34)	(15)
Auditoria Externa	(16)	-
Outros	(26)	(18)
	<u>(664)</u>	<u>(373)</u>

24 Receitas e despesas financeiras

	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos de aplicação financeira	<u>561</u>	<u>694</u>
Receitas financeiras	<u><u>561</u></u>	<u><u>694</u></u>
Encargos Financeiros	(3.616)	
Despesas bancárias	(5)	(1)
IOF	(44)	(26)
Multa e juros de mora (a)	(2.568)	(1)
Despesas financeiras	<u>(6.233)</u>	<u>(28)</u>
Resultado financeiro	<u><u>(5.672)</u></u>	<u><u>666</u></u>

(a) Refere-se a provisão de juros pelo atraso nos pagamentos aos fornecedores.

25 Contratos de longo prazo

a. Venda de energia (CCEAR)

A Companhia possui contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica, celebrados entre agente vendedor e agente de distribuição no ambiente de contratação regulada (ACR), resultante do 17º Leilão de Energia Nova que ocorreu em 18/11/2013, a um preço médio de R\$ 123/MWh, com data base de novembro de 2013.

A Companhia possui um total de oitenta e quatro contratos de CCEAR e CCG, sendo vinte e oito para cada Verace 34, 35 e 36 que foram disponibilizados no Portal de Assinaturas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e assinados por Certificado Digital e-CPF em 18/08/2014.

b. Contratos de implantação e serviços

Para a construção e implantação do Parque Eólico Hermenegildo III, foram firmados contratos de empreitada integral, com as empresas abaixo relacionadas, conforme segue (valores expressos em R\$ mil):

- **General Electric Energy do Brasil** - Responsável pelo fornecimento dos aerogeradores - Em decorrência de Termo Aditivo, o valor contratual passou de R\$ 173.243 para R\$ 174.566;
- **Stk Sistemas do Brasil Ltda (Arteche Turnkey Solution)** - Responsável pelo projeto, fornecimento, construção e montagem das obras elétricas e eletromecânicas para a implantação - Em decorrência de Termo Aditivo, o valor contratual passou de R\$ 33.884 para R\$ 35.478;
- **Iccila Indústria, Comércio e Construções Ibagé Ltda** - Responsável pelos projetos básico, executivo e as built, fornecimento, construção e montagem das obras civis - Em decorrência de Termo Aditivo, o valor contratual passou de R\$ 32.439 para R\$ 39.681;
- **Maia Meio Ambiente Ltda** - Responsável pelo resgate faunístico, monitoramento do lençol freático e programa de educação ambiental, execução de serviços de paleontologia, estudos ambientais e inventário florestal - Em decorrência de Termo Aditivo, o valor contratual passou de R\$ 307 para R\$ 333;
- **WX Contabilidade, Serviços & Energia** - Sociedade Simples Ltda - Responsável pelos serviços de gestão administrativa, contábil e financeira - R\$ 586.

Os valores demonstrados acima se referem a participação da empresa Eólica Hermenegildo III nos contratos listados. Os contratos foram firmados entre as quatro companhias do grupo (Hermenegildo I, II, III e Chuí IX), sendo os valores totais rateados entre as companhias, conforme percentual de rateio definido para cada contrato.

Os pagamentos são efetuados mensalmente aos contratados conforme as parcelas do valor de fornecimento de bens e serviços cumpridos e medidos, seguindo o cronograma de eventos de pagamento estabelecido no contrato. Para tanto, os eventos são demonstrados de acordo com as normas de medição que compõem o cronograma geral de execução.

c. Contratos de Operação e Manutenção

Para a Operação e Manutenção do Parque Eólico Hermenegildo III, foram firmados contratos, com as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

- **General Electric Energy do Brasil** - Responsável pelos serviços de operação e manutenção dos aerogeradores pelo período de 10 anos - R\$ 32.265;
- **Eletrosul Centrais Elétricas S.A.** - Responsável pelos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão - R\$ 666;

26 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31.12.2015		31.12.2014	
	Empréstimos recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Aplicações Financeiras	2.264	-	37.188	-
Passivos financeiros				
Contas a pagar de fornecedores	-	17.634	-	63
Debêntures a pagar	-	91.260	-	68.494
Empréstimos e financiamentos	-	39.768	-	-
Cretores diversos	-	27.380	-	12.376
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	145.900	-	34.891

b. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor Justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

c. Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia possui suas aplicações financeiras em certificados de depósito bancário (CDB) junto ao Banco Banrisul S.A., cujos rendimentos são pós fixados em 100% do CDI e saldo a pagar a Renobrax, cujos atualização monetária é pós fixada a IPCA.

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre suas aplicações financeiras.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2015 foi definido através de premissas disponíveis no mercado.

	Saldo em 31.12.2015	Exposição	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	2.264	CDI 14,13%	2.584	2.664	2.744
Renobrax a pagar	(11.058)	IPCA 7,64%	(11.903)	(12.114)	(2.325)
Debêntures a pagar	(91.260)	CDI 14,13%	(104.155)	(107.379)	(110.603)
Empréstimos e financiamentos	(39.768)	CDI 14,13%	(45.387)	(46.792)	(48.197)

27 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2015	31/12/2014
Juros capitalizados no imobilizado (a)	10.888	1.009
Renobrax saldo não pago (b)	1.804	8.823
Provisão outros EPCs (c)	13.200	3.553
Receita financeira capitalizada	137	
Imobilizado não liquidado (d)	16.376	
Provisão para contingências (e)	501	

- (a) Referente a capitalização de juros sobre debêntures e empréstimos atribuíveis ao imobilizado.
- (b) Refere-se a adição de intangível que não houve liquidação financeira.
- (c) Refere-se a liquidação de epecistas do exercício de 2014.
- (d) Refere-se a adição de imobilizado que não houve liquidação financeira.
- (e) Referente a provisão de ISSQN conforme Nota Explicativa nº 16.

28 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos e transações com as partes relacionadas são detalhados em:

	31/12/2015	31/12/2014
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Saldo - Passivo)		
Centrais Elétricas Do Norte Do Brasil S/A - Eletro	10	-
Companhia Hidro Elétrica Do São Francisco	8	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	10	-
	<hr/>	<hr/>
	28	-
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (transação - resultado)		
Celg Geração E Transmissão S.A.	1	-
Centrais Elétricas Do Norte Do Brasil S/A - Eletro	32	-
Companhia Hidro Elétrica Do São Francisco	32	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	39	-
	<hr/>	<hr/>
	103	-
Serviços tomados (saldo - passivo)		
Aluguel - Eletrosul	2	-
Engenharia do proprietário - Eletrosul	24	-
	<hr/>	<hr/>
	26	-
Serviços tomados (transação - resultado)		
Aluguel - Eletrosul	10	-
Engenharia do proprietário - Eletrosul	333	49
	<hr/>	<hr/>
	343	49

29 Eventos Subsequentes

Foi firmado, no dia 14 de janeiro de 2016, contrato de financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 93.367 e de R\$ 40.703 ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE por meio de Contrato de Repasse. Os recursos foram recebidos no dia 18 de janeiro de 2016, sendo destinados para a quitação da primeira e segunda emissão de debêntures e do empréstimo de curto prazo também obtido junto ao BNDES as quais foram liquidados integralmente.

Por exigência do BNDES e para equity financeiro da Companhia, foi aportado por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, em 14 de janeiro de 2016, pelos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (99,99%) e Renobrax Energias Renováveis Ltda (0,01%) R\$ 1.710 e foi realizado o aumento do capital social mediante transferência dos recursos recebidos por AFAC no valor de R\$ 147.598 referente aos percentuais correspondentes a cada acionista.

Adicionalmente, em 29 de fevereiro e 18 de março de 2016, foram aportados, respectivamente, os montantes de R\$ 1.500 e R\$ 855, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.